

Conselho para o migrante já está em estudo

A Secretaria de Ação Social e Defesa dos Direitos da Cidadania (antiga Secretaria do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária) submeteu, ontem, uma minuta do decreto que cria o Conselho de Política de Atendimento ao Migrante do DF aos representantes de cinco estados que integram o grupo responsável pela elaboração de propostas para conter o fluxo migratório. A criação do conselho foi colocada em discussão em âmbito nacional porque envolve ações conjuntas dos estados, como a assinatura de convênios entre o GDF e os governos estaduais e federal para a obtenção de recursos destinados ao atendimento do migrante.

Os chefes dos escritórios de representação de Rondônia, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais e Piauí (presentes à reunião) apoiaram a criação do conselho, mas decidiram analisar a minuta do decreto antes de aprová-lo. O grupo marcou para a sexta-feira da semana que vem (22) um novo encontro para que sejam apresentadas sugestões de alteração do esboço do decreto da secretaria.

Conforme a minuta, o conselho deverá ter, entre outras finalidades, a de propor diretrizes para a formulação da política de atendimento ao migrante e a pessoas carentes em trânsito no DF e a manter articulação com os estados para conter o fluxo migratório. O órgão seria presidido pela secretária de Ação Social.

Fórum — O grupo de trabalho também decidiu propor aos estados, um fórum nacional dos secretários de Desenvolvimento Social para debater o problema da migração. "Este fórum poderia despertar e sensibilizar os secretários, além de facilitar a aquisição de recursos no orçamento para ações emergenciais", disse a representante de Minas Gerais.

Outra proposta apresentada pelo grupo para evitar que as pessoas migrem em busca de melhores condições de vida e trabalho é a criação de projetos que resultem na geração de empregos, a exemplo de Santa Catarina. De acordo com a representante de Santa Catarina, Eny de Assis Ribeiro Rodrigues, seu Estado não tem migrantes em grande escala porque faz um "trabalho de prevenção". Ela explicou que lá existem projetos nas áreas de construção civil, agricultura e pesca que empregam os trabalhadores, além de escolas volantes de profissionalização que formam mão-de-obra especializada.